

28 DEZ 1987

ECONOMIA - Brasil

# “Um novo choque parece iminente”

## GAZETA MERCANTE

por Guilherme Barros

do Rio

O economista Antônio Barros de Castro, em editorial no boletim de conjuntura do Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), afirma que “não obstante denso nevoeiro em que nos encontramos metidos, um novo choque parece iminente”.

Segundo ele, a medida poderá ser adotada não mais porque se acredite que este tipo de política possa efetivamente vencer a inflação, mas pelas possibilidades de mudanças decorrentes no momento de sua adoção. Outra razão para justificar sua previsão de um novo choque é a necessidade de baixar a febre inflacionária, “ainda que por um limitado período de tempo”.

Entre as mudanças que podem ser facilitadas com a adoção do terceiro choque na economia, Castro cita a correção das tarifas públicas e a recuperação da carga tributária (bruta e líquida). “Neste caso, mesmo que fracasse a nova investida antiinflacionária, teremos avançado na montagem das pré-condições de um futuro equacionamento da inflação e do próprio crescimento.”

A conclusão do economista parte de uma análise do fracasso dos dois choques anteriores, os planos Cruzado e Bresser. Ao traçar um paralelo entre os dois programas, Castro assinala que ambos tiveram características bastante distintas e, mesmo assim, não conseguiram controlar a inflação.

Enquanto o Cruzado se notabilizou por um período demasiado de congelamento, no Plano Bresser, desde o início, houve flexibilização de preços — “mais de setenta preços foram oficialmente elevados durante o congelamento”, lembra o economista.

Com isso, Castro quer mostrar, em última análise, que o Plano Bresser foi montado sobre os ensinamentos do Cruzado. Ele lembra que “muitos aplaudiram o novo plano e não faltou mesmo quem proclamassem enfaticamente que com tamanho arrocho salarial e tanta ortodoxia o combate à inflação tornara-se uma ‘mágica besta’, isto porque o sentido originário da alternativa heterodoxa era justamente de vencer a inflação sem os sacrifícios impostos pela ortodoxia”. E acrescenta: “E chegamos onde chegamos”.

Diante dessas duas experiências, o economista afirma que “não se pode seguramente afirmar que as lições extraídas do Cruzado eram equivocadas”. Ele observa que se os salários sobrem muito rápido provocam um equilíbrio macroeconômico que irá minar o programa antiinflacionário, mas se são mantidos em baixa, como na experiência recente, engendram fortes pressões reivindicatórias que, em algum ponto, irão violar a política de contenção.

Além disso, Castro ressalta que se o governo tentar resistir ao recrudescimento inflacionário valendo-se do “nefasto” recurso do retardamento dos preços ainda sob controle (os cipados e especialmente os públicos) — “o que desta vez foi evitado”, observa — apenas conseguirá ocultar a inflação, ao custo de novos e crescentes desequilíbrios.

Em sua análise, o economista dedica ainda uma atenção especial à aceleração inflacionária do Plano Bresser. Para ele, a volta da inflação no Plano Bresser se deu em duas fases, na primeira, em que a inflação se eleva até 6% ao mês, alguns preços se adiantam, como por exem-

plio dos serviços pessoais e confecções, mesmo não tendo pressão de demanda como no período do Cruzado, o que leva a crer “que estes mercados se revelam altamente resistentes ao esforço de contenção inflacionária”. Por outro lado, ele assinala que esta alta não pode ser associada a custos, já que as correções tarifárias, segundo o economista, não poderiam explicar movimento tão abrangente de aumentos de preços. Com base nesta observação, salienta que existe neste caso um fenômeno chamado por ele de “levitação inflacionária” que, a seu ver, deveria merecer maior atenção dos estudiosos. Na segunda fase, o economista observa que, apesar da influência das recentes conquistas salariais, também há uma nova carga de excitação das expectativas, geradas pelo próprio fracasso do novo plano. E ele acrescenta, ainda, como causa do recrudescimento da inflação neste segundo período o fato de a taxa de câmbio e o referencial de juros (“overnight”) caminharem atrás da elevação dos preços, isto porque são regulados por uma taxa oficial de inflação que opera com retardamento de um mês.